Dornelles quer manter propostas

CARLOS CHAGAS

[illegible]

[illegible] manifestou [illegible] esperança de que a Comissão de Sistematização e, depois, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte venham a manter as linhas gerais das propostas apresentadas pela comissão. Em suas palavras, elas significam considerável avanço para o País, obtidas pela concórdia e pelo consenso dos partidos, favorecendo os estados, os municípios, as atividades econômicas, o contribuinte, os exportadores e a própria máquina estatal.

Dornelles disse que os Estados e os municípios saem mais fortalecidos, ou seja, a Federação se fortalece, com o aumento de percentual de participação na receita tributária. A base do IPM cresceu, para estados e municípios, com a eliminação de nada menos do que cinco tributos federais, no caso, os impostos únicos sobre combustíveis, energia, minerais, comunicações e transportes.

Há vantagem, também, para ele, na criação de um fundo com adicional de 10% do IPI, a ser distribuído aos estados proporcionalmente à exportação de cada um. Os [illegible] do im[illegible] de [illegible] imposto de [illegible]

"O contribuinte também fica em vantagem — continuou — pela diminuição do número de impostos a pagar, bem como pela regra rígida estabelecida, da anualidade e da não retroatividade do Imposto de Renda. A lei, hoje, não retroage no campo jurídico, mas economicamente pode atingir o contribuinte, o que não mais acontecerá. Acresce que empréstimos compulsórios não poderão mais ser criados à vontade do governo — só com autorização do Congresso, e, mesmo assim, em casos de calamidade pública. Também ficou proibido aos Estados criar contribuições extras."

Os exportadores são outros que saem favorecidos pela eliminação dos impostos referidos acima, já que o ICM não incidirá sobre produtos industrializados e exportados. O Finsocial será eliminado em cinco anos, podendo, durante esse prazo, ser usado na transferência de encargos da União para os Estados e os municípios, através de negociações.

Outra referência de Dornelles é ao setor do orçamento. Foi adotado princípio importante: o Congresso terá de aprovar o orçamento da União, onde estarão todas as receitas e despesas, cabendo a deputados e [illegible] forma, aprovar [illegible] chamadas [illegible] não poderão ser iniciadas. Esse princípio se aplicaria, por exemplo, à Ferrovia Norte-Sul e outras iniciativas iguais.

Os artigos referentes ao Banco Central exprimem outro avanço, para o ex-ministro da Fazenda. Aprovadas as sugestões da Comissão de Tributos, o Banco Central ficará proibido de financiar o Tesouro. Hoje, o Tesouro gasta o que quer e o Banco Central fornece os recursos. Isso não mais acontecerá, nem direta nem indiretamente, dando-se àquele estabelecimento oficial de crédito o papel clássico que possui em países desenvolvidos, de atuar apenas sobre a taxa de juros. Acresce que aos presidentes da República ficará obstado pressionar a diretoria do Banco Central. Ela será aprovada pelo Congresso. Para a demissão de cada diretor e do presidente, da mesma forma, só com manifestação parlamentar. Essa independência é fundamental para a atuação do Banco Central, que não mais emitirá títulos para financiar o Tesouro.

(Brasília/Agência Estado)